UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS DO VALE DO IVAÍ E A POSSÍVEL ARTICULAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM OS PROGRAMAS DE COMBATE ÀS MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Rodrigo Martins de Brito (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Marcos Vinicius Francisco (Orientador), e-mail: mvfrancisco@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Departamento de Ciência do Movimento Humano (DMO)/ Ivaiporã, PR

Área: Ciências da Saúde/ Educação Física

Palavras-chave: Violência, Educação Física, Projeto Político-Pedagógico.

Resumo:

Nesta investigação, assumiu-se como objetivo geral analisar os Projetos Políticos Pedagógicos de escolas localizadas no Vale do Ivaí, a fim de identificar se há articulação entre o componente curricular de Educação Física e os Programas de Combate às manifestações de violência na escola. A investigação assenta-se nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, tendo como delineamento metodológico a análise documental. Foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas estaduais pertencentes aos municípios de Arapuã, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lunardelli e São João do Ivaí e os Programas e Projetos assumidos pelas unidades escolares dos respectivos municípios. Os resultados revelaram que em nenhum dos documentos existem correlações do componente curricular de Educação Física em articulação com o processo de combate e/ou enfrentamento da violência escolar.

Introdução

Esta investigação é decorrente de uma pesquisa de iniciação cientifica que contou com fomento da Fundação Araucária, sendo que na ocasião analisaram-se por meio de teses e dissertações os Programas de combate à violência escolar no estado do Paraná. Nesse sentido, surgiram os questionamentos que fundamentaram o presente estudo: Como os conhecimentos gerados acerca dos Programas de Combate à Violência na escola, ainda que escassos, produzidos em teses e dissertações, são materializados nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas públicas? Como a área de Educação Física é contemplada nos referidos PPP?

Defende-se, que as manifestações de violência escolar (física, verbal, psicológica, sexual), sejam apreendidas mediante a síntese das múltiplas determinações que compõem o fenômeno (FRANCISCO; LIBÓRIO, 2015). Tais aspectos deveriam ser assumidos nos Programas de enfrentamento.

Com relação ao papel da Educação Física, como componente curricular, nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, é importante que a área assuma o seu papel nas discussões e proposições feitas pelo coletivo para sanar problemáticas presentes em suas respectivas realidades, como revelados, nos casos em que há a materialização de violência na escola. Defende-se a perspectiva de Projetos Políticos Pedagógicos produzidos coletivamente e discutidos de forma democrática (VEIGA, 2003).

Neste sentido, assumiu-se como objetivo geral analisar os Projetos Políticos Pedagógicos de escolas localizadas no Vale do Ivaí, a fim de identificar se há articulação entre o componente curricular de Educação Física e os Programas de Combate às manifestações de violência na escola.

Materiais e métodos

A investigação assenta-se nos pressupostos do materialismo histórico-dialético e se valeu da análise documental. Nessa perspectiva, conforme Paulo Netto (2011) prima-se pela análise do fenômeno em correlação com os determinantes sociais. O/A pesquisador/a precisa analisar a linguagem utilizada nos documentos, sobretudo quando no âmbito da aparência apresentam soluções imediatas diante de determinada problemática, todavia no plano da essência é que se revelam as intencionalidades mais amplas (EVANGELISTA; SHIROMA, 2015).

O Vale do Ivaí, no estado do Paraná, é composto por 26 municípios, sendo que para esta investigação participaram efetivamente da pesquisa, 12 escolas estaduais, vinculadas aos municípios de Arapuã (duas unidades escolares), Ivaiporã (seis unidades escolares), Jardim Alegre (uma unidade escolar), Lunardelli (uma unidade escolar) e São João do Ivaí (duas unidades escolares), ou seja, municípios vinculados à microrregião de Ivaiporã.

Os dados coletados foram categorizados e confrontados com a literatura da área.

Resultados e Discussão

Por mais que os PPP das instituições investigadas anunciem que foram elaborados conforme os princípios da gestão democrática, bem como que os/as diretores/as sejam eleitos/as pela comunidade escolar, não foi possível averiguar de forma efetiva como ocorreu à participação da comunidade escolar na proposição de ações/estratégias e projetos relacionados às instituições. Há a preponderância de um discurso generalista e quando da menção/presença da comunidade, sobretudo na figura dos/as responsáveis pelas crianças e adolescentes, são anunciadas algumas ações pontuais que pouco ou nada corroboraram a elaboração dos PPP.

Defende-se que a gestão democrática coaduna com processos de emancipação pedagógica, ou seja, as decisões não ficam centradas nas mãos dos/as gestores/as. Ela precisa ser efetivamente assumida, sobretudo se houver a pretensão em envolver a comunidade escolar nas decisões relativas às problemáticas presenciadas na prática social (DRABACH; SOUZA, 2014)

No que tange às distintas dimensões da violência na escola elas são obliteradas ou inexistentes nos PPP. Quando de sua menção, comumente, são descritas estratégias generalistas, sem apontar os desdobramentos e/ou ações efetivas para problematiza-las e combatê-las, exceção de uma instituição que apresentou um Projeto com foco nas relações interpessoais, porém com conteúdo questionável do ponto de vista científico e filosófico, sobretudo ao delegar o papel de problematizar a violência em suas ramificações para pessoas externas à comunidade escolar, tirando o potencial educativo de o tema ser problematizado com toda a comunidade escolar.

Ao focar nos PPP a fim de verificar as correlações do componente curricular de Educação Física em articulação com o processo de combate e/ou enfrentamento da violência escolar, em nenhum dos documentos tal dimensão se fez presente. Quando de sua menção perante o coletivo, o foco esteve centrado, quase que exclusivamente (exceção de uma instituição, que embora tenha apresentado um posicionamento crítico acerca do componente curricular não apresentou a materialização de ações) na elaboração de campeonatos e gincanas e/ou de atividades com foco numa possível promoção de saúde e qualidade de vida da população, ainda que de forma difusa, sem estabelecer conexões mais amplas com os determinantes históricos, sociais e culturais.

Conclusões

Os PPP analisados nesta investigação revelaram que em nenhum deles há correlações do componente curricular de Educação Física em articulação com o processo de combate e/ou enfrentamento da violência escolar. No que tange às distintas dimensões da violência na escola, quando de sua menção, comumente, são descritas estratégias generalistas, sem apontar os desdobramentos e/ou ações efetivas para problematiza-las e combatê-las.

Agradecimentos

Agradeço a Fundação Araucária pelo fomento da bolsa de pesquisa e ao meu orientador, Marcos Vinicius Francisco, pela paciência e por tudo que tem me proporcionado nesses tempos difíceis de pandemia.

Referências

DRABACH, N. P.; SOUZA, Â. R. Leituras sobre a gestão democrática e o "gerencialismo" na/da educação no Brasil. **Revista Pedagógica**, Chapecó - SC, v. 16, n. 33, p. 221-248, jul./dez. 2014.

FRANCISCO, M. V.; LIBÓRIO, R. M. C.. Notas sobre alguns desdobramentos necessários nos programas de combate ao Bullying escolar: uma análise sócio-cultural. **Interacções**, Lisboa-PT, v.11, n. 38, p. 7-27, 2015. Disponível em: http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/8472/6047. Acesso em 31 ago. 2017.

EVANGELISTA, O; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo In: CÊA, Georgia et al. **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: FURG, 2019.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VEIGA, I. P. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003.